

# Barómetro das Crises

22-11-2018 | N° 19

## Emprego e salários: pontos de interrogação<sup>i</sup>

José Castro Caldas e João Ramos de Almeida

Nos últimos cinco anos (entre o 2º trimestre de 2013 e o mesmo período de 2018) foram recuperados cerca de 450 mil dos 700 mil postos de trabalho destruídos nos cinco anos anteriores (entre o 2º trimestre de 2008 e o mesmo período de 2013). O crescimento do **emprego por conta de outrem** foi particularmente pronunciado. No entanto, os **salários reais médios** mantêm-se praticamente estagnados desde 2012, abaixo dos patamares do início do milénio.

A estagnação dos salários reais apesar do crescimento do emprego e redução do desemprego, que se tem verificado também às escalas da União Europeia e global, tem suscitado um aceso debate quanto às suas causas e grandes preocupações quanto às suas consequências.

Em Portugal, os dados disponíveis revelam que a recuperação do emprego ocorrida a partir de meados de 2013 significou mais do que uma variação quantitativa dos níveis de emprego e desemprego. Neste período, a estrutura do emprego, a sua distribuição por escalões etários, níveis de escolarização e ramos de atividade económica alterou-se substancialmente.

Alguns aspetos dessas alterações de estrutura podem explicar, pelo menos em parte, a estagnação dos salários reais médios. Concretamente, **os ramos que criaram mais emprego foram precisamente aqueles onde se pagaram salários abaixo da média nacional, enquanto se verificava a destruição de postos de trabalho em atividades com salários acima dessa média**. No entanto, persistem muitas dúvidas quanto à estagnação salarial, as suas causas e sua potencial persistência. Parte delas resulta de falta de informação estatística. A informação estatística sobre salários provém de fontes diversas que utilizam conceitos e métodos de recolha de dados diferentes e os hiatos temporais entre a data de recolha desta informação e a sua divulgação são muito amplos. Não sabemos, nomeadamente, se neste momento a estagnação dos salários, verificada em Portugal entre 2012 e 2017, ainda persiste ou se pelo contrário se está a inverter.

Este Barómetro trata das alterações da estrutura do emprego e do desfasamento entre a recuperação do emprego e dos salários. Visa contribuir para a identificação das causas da estagnação salarial. Porque reconhece as limitações decorrentes da divergência entre fontes e dos hiatos temporais na informação estatística, formula, não um ponto da situação do emprego e dos salários cinco anos depois do início da recuperação, mas antes pontos de interrogação que podem orientar a observação e a análise à medida que nova informação vai ficando disponível.

### Emprego por conta de outrem

Segundo o INE, um empregado por conta de outrem é um indivíduo que exerce uma atividade sob a autoridade e direção de outrem, nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, e que lhe confere o direito a uma remuneração, a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha. “Emprego” é um conceito mais amplo já que inclui além de trabalhadores por conta de outrem, trabalhadores por conta própria e trabalhadores familiares não remunerados.

### Salários Reais Médios

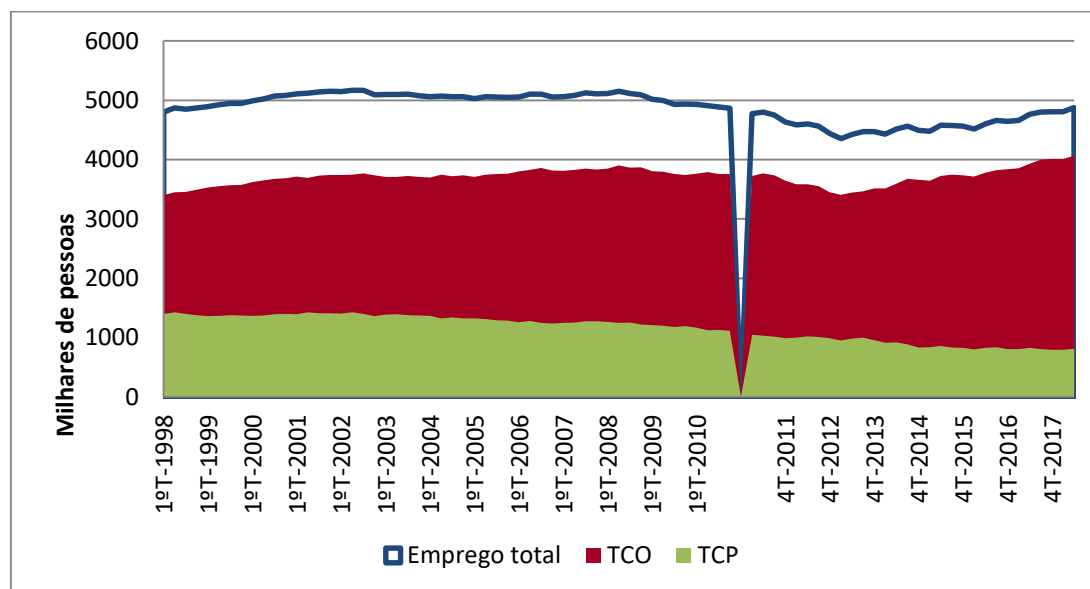
Quociente entre as remunerações pagas num dado agregado (empresa, conjunto de empresas, região ou país), e o número de trabalhadores remunerados nesse agregado. Salários reais (por oposição a salários nominais) correspondem ao valor monetário do salário, descontado da inflação. Medem o poder de compra do salário.

<sup>i</sup> Trabalho parcialmente financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto “REVAL - Da desvalorização interna à revalorização do trabalho: o caso de Portugal”. Referência: PTDC/SOC-SOC/28811/2017

# 1. Emprego

Entre o 2º Trimestre de 2013 e o mesmo período de 2018, o nível de emprego aumentou cerca de 450 mil pessoas (10%). Este aumento do emprego, embora significativo, não compensa ainda o recuo acentuado verificado nos cinco anos precedentes (entre o 2º trimestre de 2008 e o mesmo período de 2013), pelo que os níveis atuais do emprego se situam ainda abaixo dos máximos históricos anteriores. A recuperação do emprego foi acompanhada de um aumento do peso, no emprego total, dos trabalhadores por conta de outrem (TCO) e de um declínio dos trabalhadores por conta própria e dos trabalhadores familiares não remunerados (TCP) (Ver gráfico 1).

**Gráfico 1**  
Evolução do emprego



Fonte: INE, Inquérito ao emprego (ruptura de série em 2011)

Tomando como referência para efeitos de comparação dados da OCDE, constata-se que o crescimento do emprego em Portugal entre 2013 e 2017 se situou acima da média dos países membros desta organização, em décimo lugar entre todos eles (Ver Tabela 1).

**Tabela 1**

Emprego países da OCDE, 2013-2017 (var. %)

<b>Nova Zelândia</b>	15,3%	<b>Austrália</b>	6,8%	<b>Alemanha</b>	5,4%
<b>Luxemburgo</b>	13,9%	<b>Suécia</b>	6,7%	<b>Dinamarca</b>	4,8%
<b>Hungria</b>	13,6%	<b>EUA</b>	6,5%	<b>Canadá</b>	4,1%
<b>Irlanda</b>	13,2%	<b>México</b>	6,3%	<b>Áustria</b>	3,8%
<b>Israel</b>	10,9%	<b>Chile</b>	6,3%	<b>Itália</b>	3,8%
<b>Islândia</b>	10,9%	<b>Estónia</b>	5,9%	<b>Japão</b>	3,5%
<b>Turquia</b>	10,4%	<b>OCDE</b>	5,9%	<b>Países Baixos</b>	2,9%
<b>Espanha</b>	9,8%	<b>Eslovénia</b>	5,9%	<b>Bélgica</b>	2,4%
<b>Eslováquia</b>	8,6%	<b>Republica Checa</b>	5,8%	<b>France</b>	2,0%
<b>Portugal</b>	7,4%	<b>Coreia</b>	5,6%	<b>Noruega</b>	1,6%
<b>Reino Unido</b>	7,2%	<b>Suíça</b>	5,5%	<b>Finlândia</b>	0,5%
<b>Grécia</b>	6,8%	<b>Polónia</b>	5,5%	<b>Letónia</b>	0,1%

Fonte: OECD *Employment Database*

A recuperação do emprego, nomeadamente do número de trabalhadores por conta de outrem, não alterou a estrutura do emprego em aspetos importantes como a distribuição por sexo (ver tabela 2) ou por tipo de contrato (ver tabela 3).

**Tabela 2**  
Estrutura do emprego (TCO) por sexo

	Homens	Mulheres
2º T 2013	48,9%	51,1%
2º T 2014	48,7%	51,3%
2º T 2015	48,3%	51,7%
2º T 2016	48,8%	51,2%
2º T 2017	48,8%	51,2%
2º T 2018	48,7%	51,3%

Fonte: INE Inquérito ao Emprego

**Tabela 3**  
Estrutura do emprego (TCO) por tipo de contrato

	Permanentes	A prazo	Outros
2º T 2013	78,3%	17,9%	3,8%
2º T 2014	78,7%	17,5%	3,8%
2º T 2015	77,8%	18,8%	3,4%
2º T 2016	77,4%	18,9%	3,8%
2º T 2017	77,9%	18,5%	3,6%
2º T 2018	77,9%	18,6%	3,5%

Fonte: INE Inquérito ao Emprego

As percentagens de homens e de mulheres (48%/51%) mantiveram-se praticamente inalteradas entre o 2º trimestre de 2013 e o mesmo trimestre de 2018, e a percentagem dos trabalhadores por conta de outrem com contratos permanentes diminuiu muito ligeiramente de 78,3% para 77,9%, enquanto o peso dos trabalhadores com contratos a prazo aumentou de 17,9% para 18,6% e o dos que tinham outro tipo de contratos passou de 3,8% para 3,5%.

No entanto, neste período ocorreram alterações de estrutura importantes, entre as quais se destacam:

- **O envelhecimento da população empregada por conta de outrem:** redução do peso na estrutura do emprego dos grupos [25-34 anos] e [35-44 anos] e reforço do grupo [55-64 anos] (ver tabela 4).
- **O aumento dos níveis de habilitação da população empregada por conta de outrem:** redução do peso dos empregados com habilitação igual ou inferior ao ensino básico e aumento dos empregados com habilitação igual ou superior ao ensino secundário (ver Tabela 5).
- **Perda de peso no emprego por conta de outrem de alguns ramos** (construção; atividades administrativas; administração pública; outros serviços), em contrapartida de aumentos noutros (saúde humana e apoio social; consultoria, científicas e técnicas; informação e comunicação, alojamento e restauração) (ver tabela 6).

**Tabela 4****Estrutura do emprego por conta de outrem por grupo etário**

	15 - 24 anos	25 - 34 anos	35 - 44 anos	45 - 54 anos	55 - 64 anos	65 e mais anos
2º T 2013	6,2%	25,3%	30,3%	25,5%	11,8%	1,0%
2º T 2014	6,1%	24,4%	30,7%	25,7%	12,2%	1,0%
2º T 2015	6,2%	23,4%	30,4%	25,6%	13,2%	1,2%
2º T 2016	6,5%	22,5%	30,6%	25,6%	13,6%	1,2%
2º T 2017	6,7%	22,0%	29,4%	25,6%	14,8%	1,5%
2º T 2018	6,7%	21,3%	28,4%	26,1%	15,9%	1,5%

Fonte: INE Inquérito ao emprego

**Tabela 5****Estrutura do emprego por conta de outrem por nível de habilitação**

	Básico 1º Ciclo	Básico 2º Ciclo	Básico 3º Ciclo	Secundário e pós-secundário	Superior
2ºT 2013	13,7%	13,9%	22,8%	25,3%	23,1%
2ºT 2014	11,9%	13,3%	21,5%	26,5%	25,7%
2ºT 2015	11,2%	12,5%	21,5%	27,0%	26,8%
2ºT 2016	10,5%	12,3%	21,0%	27,9%	27,4%
2ºT 2017	10,0%	11,9%	20,8%	28,8%	27,6%
2ºT 2018	9,5%	12,3%	20,4%	28,7%	28,3%

Fonte: INE Inquérito ao Emprego

**Tabela 6****Estrutura do emprego por conta de outrem por ramo**

	2T 2013	2T 2014	2T 2015	2T 2016	2T 2017	2T 2018	Var. p.p
<b>Trabalhadores por conta de outrem</b>							
A: Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	2,4%	2,5%	2,2%	2,3%	2,3%	2,3%	-0,1%
C: Indústrias transformadoras	18,5%	18,8%	18,7%	18,6%	18,5%	18,9%	0,3%
B, D e E: Indústrias extrativas energia e água	1,5%	1,6%	1,6%	1,4%	1,6%	1,7%	0,1%
F: Construção	6,4%	5,7%	5,6%	5,7%	5,8%	6,0%	-0,5%
G: Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	13,5%	13,9%	14,4%	13,9%	13,7%	13,3%	-0,2%
H: Transportes e armazenagem	4,7%	4,4%	4,2%	4,6%	4,7%	4,6%	-0,1%
I: Alojamento, restauração e similares	6,0%	5,6%	5,4%	5,7%	6,7%	6,5%	0,4%
J: Atividades de informação e de comunicação	2,0%	2,6%	2,4%	2,4%	2,8%	2,5%	0,5%
K: Atividades financeiras e de seguros	2,3%	2,4%	2,8%	2,7%	2,5%	2,6%	0,3%
L: Atividades imobiliárias	0,6%	0,5%	0,5%	0,6%	0,7%	0,9%	0,3%
M: Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	3,0%	3,3%	3,5%	3,8%	3,6%	3,5%	0,5%
N: Atividades administrativas e dos serviços de apoio	3,9%	4,2%	3,8%	3,9%	3,7%	3,4%	-0,4%
O: Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	8,3%	8,7%	8,3%	7,6%	7,3%	7,7%	-0,6%
P: Educação	10,3%	9,8%	10,0%	10,0%	9,6%	10,2%	0,0%
Q: Atividades de saúde humana e apoio social	9,9%	10,1%	10,3%	10,4%	10,7%	10,7%	0,7%
R: Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	1,1%	1,3%	1,6%	1,3%	1,2%	1,5%	0,3%
S a U: Outros serviços	5,5%	4,7%	4,6%	5,0%	4,5%	3,8%	-1,6%

Fonte: INE Inquérito ao emprego

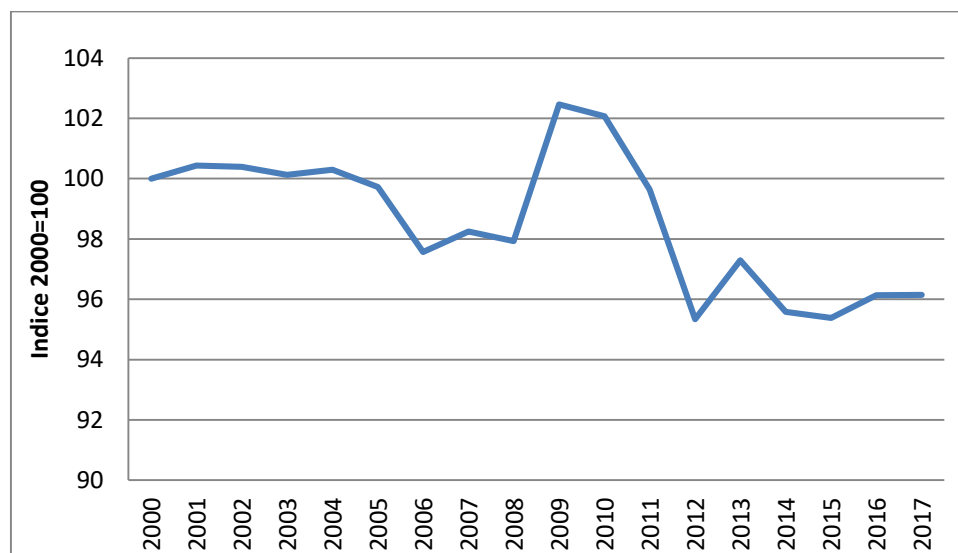
## 2. Salários

Segundo dados da OCDE, entre 2013 e 2017, os salários reais médios em Portugal praticamente estagnaram (regrediram 1,2%), após um recuo de 7% verificado entre 2009 e 2012. Em consequência, o salário médio real em 2017 situava-se, não só abaixo do seu máximo de 2009, como do seu valor em 2000 (ver Gráfico 2).

Os dados estatísticos sobre remunerações divergem consideravelmente segundo a fonte. De acordo com os **Quadros de Pessoal**, a remuneração média mensal real de 2016 seria 0,6% superior à de 2013 e os **ganhos** médios mensais 0,5% (0% e 0,1% respetivamente em 2015). Segundo o **inquérito aos ganhos e duração do trabalho**, o ganho médio mensal de 2016 estaria 0,9% acima do de 2013 (0,2% em 2015). Já a OCDE reporta uma perda de 1,2% no mesmo período (2% em 2015). Não obstante estas diferenças, o quadro que emerge das várias fontes é o de estagnação dos salários reais, com diminutos sinais de recuperação a partir de 2016.

Gráfico 2

Evolução do salário real médio em Portugal (2000=100)



Fonte: OECD *Employment Database*

Em termos comparativos e em contraste com o que se passou com a criação de emprego, a evolução dos salários em Portugal entre 2013 e 2017 destaca-se pela negativa entre os países membros da OCDE (ver tabela 7). Nessa tabela, Portugal surge na segunda posição entre as maiores quedas do salário real ocorridas nesse período.

A evolução dos salários difere muito entre ramos da economia e mesmo entre empresas. Isso mesmo é o que nos permitem concluir os dados do INE (Sistema de Contas Integradas das Empresas - SCIE)<sup>ii</sup> referentes ao conjunto das empresas portuguesas (individuais, sociedades, sociedades anónimas, sociedades por quotas e outras sociedades). Nessa fonte estatística do INE, a uma variação da remuneração nominal média nacional de 1,5% entre 2013 e 2016 correspondem variações da remuneração nominal média dos ramos muito díspares e em média superiores ao referente nacional.

### Quadros de Pessoal

Publicação estatística do Ministério do Trabalho e da Segurança Social (MTSSS) elaborada a partir do Relatório Único e dos seus seis anexos, entregue anualmente por todas as entidades empregadoras abrangidas pelo Código do Trabalho (privadas ou públicas) que tenham trabalhadores ao serviço.

### Remuneração Mensal

Conceito comumente usado para designar a remuneração base, ou seja, o montante líquido, em dinheiro ou em géneros, pago aos trabalhadores que se incluem no conceito de "pessoal ao serviço", pelas horas de trabalho efetuadas ou pelo trabalho realizado no período normal e no extraordinário. Inclui ainda o pagamento de horas remuneradas mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas) e os subsídios que se revistam de carácter regular como sejam os subsídios de alimentação, de função, alojamento ou transportes, diuturnidades ou prémios de antiguidade, produtividade, de assiduidade, isenções de horário, subsídio por trabalhos penosos, perigosos ou sujos e subsídios por trabalhos de turnos e noturnos.

### Ganho

Remuneração base, prémios e subsídios regulares e remuneração por trabalho suplementar. Inclui, ainda, o pagamento de horas remuneradas mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas).

<sup>ii</sup> Ver INE, *Empresas em Portugal 2016*

**Tabela 7**  
Salário real medio 2013-2017 (var. %)

<b>Bélgica</b>	-1,4%	<b>Finlândia</b>	1,2%	<b>Luxemburgo</b>	7,2%
<b>Portugal</b>	-1,2%	<b>Reino Unido</b>	1,3%	<b>Eslovénia</b>	7,5%
<b>Austrália</b>	-1,1%	<b>Canada</b>	1,5%	<b>Israel</b>	9,5%
<b>Suíça</b>	-0,4%	<b>Áustria</b>	2,5%	<b>Hungria</b>	9,5%
<b>Noruega</b>	0,0%	<b>EUA</b>	3,7%	<b>Eslováquia</b>	11,7%
<b>Países baixos</b>	0,1%	<b>Dinamarca</b>	4,1%	<b>República Checa</b>	13,8%
<b>Grécia</b>	0,1%	<b>Irlanda</b>	4,2%	<b>Polónia</b>	14,3%
<b>Japão</b>	0,2%	<b>França</b>	4,2%	<b>Estónia</b>	16,9%
<b>Espanha</b>	0,2%	<b>Suécia</b>	5,0%	<b>Lituânia</b>	23,9%
<b>México</b>	0,8%	<b>Alemanha</b>	6,4%	<b>Letónia</b>	27,7%
<b>Chile</b>	0,9%	<b>Nova Zelândia</b>	6,5%	<b>Islândia</b>	29,0%
<b>Itália</b>	0,9%	<b>Coreia</b>	6,5%		

Fonte: OECD *Employment Database*

Para interpretar estes dados é importante ter em conta que a variação da remuneração média no conjunto da economia num dado período, a que se referem por exemplo os dados da OCDE, não depende apenas da variação da remuneração média nos vários ramos da economia, mas da alteração da estrutura do emprego.

Se a estrutura do emprego entre dois momentos temporais se alterar de forma a verificar-se um aumento do peso de ramos com salários médios inferiores à média nacional, ou/e a perda de peso de ramos com salários médios superiores à mesma média, o salário médio nacional crescerá menos do que a média das variações salariais dos ramos. Inversamente se diminuir o peso na estrutura dos ramos com salários inferiores à média nacional e/ou aumentar a de ramos acima dessa média, os salários médios de toda a economia aumentarão mais do que a média das variações percentuais dos ramos. Um exemplo numérico ajuda a compreender que assim é (ver caixa 1).

#### Caixa 1

Consideremos, para efeito de ilustração, uma economia com três ramos (A, B e C) em que, num dado momento (momento 0), as remunerações médias (quociente entre remuneração total e emprego) são respetivamente 13 mil, 10 mil e 8 mil euros e em que o emprego total se encontra distribuído conforme indicado na primeira das tabelas desta caixa.

**Tabela 8**  
Exemplo hipotético

Momento 0	Ramo A	Ramo B	Ramo C	Total Economia
<b>Emprego</b>	41000	100000	50000	191000
<b>Estrutura do emprego</b>	22%	52%	26%	
<b>Remunerações (Total)</b>	533 000 000 €	1 000 000 000 €	400 000 000 €	1 933 000 000 €
<b>Remuneração Média</b>	13 000,00 €	10 000,00 €	8 000,00 €	10 120,42 €

Suponhamos agora (cenário A) que as remunerações médias dos ramos A, B e C aumentam do momento 0 para o momento 1, 2%, 3% e 4% respetivamente e que o emprego cresce 4000 unidades desproporcionalmente distribuídas entre os ramos (mais 10 mil no ramo C, menos 6 mil no A).

Neste caso, em que se verifica uma alteração de estrutura que a enviesa no sentido dos ramos da economia com remuneração inferior à média (reforço do ramo C e perda de peso do A), o crescimento da remuneração média da economia é inferior ao aumento da remuneração média de todos os ramos.

#### Inquérito aos ganhos e duração do trabalho

Publicação estatística do MTSSS, que disponibiliza informação sobre o nível médio mensal e horário da remuneração de base e do ganho dos trabalhadores por conta de outrem, a tempo completo e a tempo parcial, por nível profissional e por sexo. Disponibiliza também informação por atividades económicas, por escalão de pessoal ao serviço e permite também conhecer a duração média do trabalho (horas remuneradas) dos trabalhadores a tempo completo e a tempo parcial e a proporção de trabalhadores a tempo completo abrangidos pelo Salário Mínimo Nacional. O inquérito é realizado semestralmente por amostragem junto das unidades locais, tendo como períodos de referência os meses de abril e outubro. São inquiridos todos os sectores de atividade, excetuando - entre outras atividades - a Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca, a Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória, as Atividades das Famílias Empregadoras de Pessoal Doméstico e Atividades de Produção das Famílias para Uso Próprio.

**Tabela 9**  
Exemplo hipotético (Cenário A)

Momento 1ª	Ramo A	Ramo B	Ramo C	Total Economia
<b>Emprego</b>	35000	100000	60000	195000
<b>Estrutura do emprego</b>	18%	51%	31%	
<b>Remunerações (Total)</b>	464 100 000 €	1 030 000 000 €	499 200 000 €	1 993 300 000 €
<b>Remuneração Média</b>	13 260,00 €	10 300,00 €	8 320,00 €	10 222,05 €
<b>Var Rem. Média</b>	2%	3%	4%	1,00%

Na situação inversa (cenário B), em que o novo emprego se concentra nos ramos em que a remuneração média é inferior à da economia no seu conjunto, em detrimento dos ramos com mais baixos salários, o aumento da remuneração média do conjunto da economia seria superior ao aumento de cada um dos três ramos.

**Tabela 10**  
Exemplo hipotético (Cenário B)

Momento 1B	Ramo A	Ramo B	Ramo C	Total Economia
<b>Emprego</b>	54000	100000	41000	195000
<b>Estrutura do emprego</b>	28%	51%	21%	
<b>Remunerações (Total)</b>	716 040 000 €	1 030 000 000 €	341 120 000 €	2 087 160 000 €
<b>Remuneração Média</b>	13 260,00 €	10 300,00 €	8 320,00 €	10 703,38 €
<b>Var Rem. Média</b>	2%	3%	4%	5,76%

Os dados do INE (Sistema de Contas Integradas das Empresas - SCIE) permitem constatar que, entre 2013 e 2016, ocorreu em Portugal uma alteração da estrutura do emprego que favoreceu ramos com remuneração média inferior à média nacional. Isso mesmo pode ser visualizado no Gráfico 3.

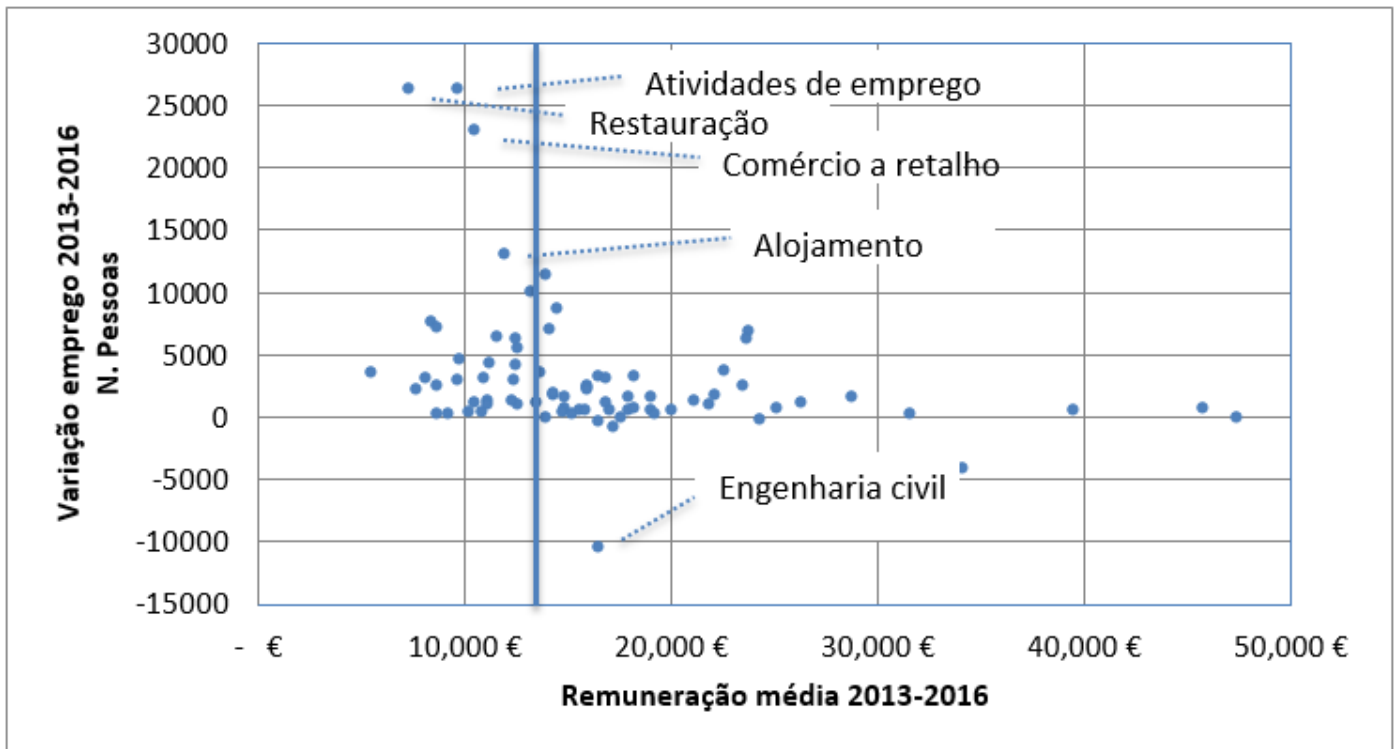
Esse gráfico representa, para cada divisão da CAE (Classificação de Atividades Económicas a dois dígitos), a evolução do emprego e dos salários médios. À coordenada vertical corresponde a variação do emprego entre 2013 e 2016 e à coordenada horizontal a remuneração média entre 2013 e 2016. A reta vertical desenhada no gráfico representa a remuneração média nacional naquele período.

Ora, no período a que os dados se referem há quatro ramos que emergem como grandes criadoras de emprego - Atividades de emprego (empresas seleção de pessoal e trabalho temporário), Restauração, Comércio a retalho e Alojamento, todos eles com uma remuneração abaixo da média. Por outro lado, há um ramo destruidor de emprego (Engenharia Civil), que se caracteriza por uma remuneração média superior à média da economia. A maioria dos ramos, com níveis muito diversos de remuneração, registou, entre 2013 e 2016, subidas ligeiras de emprego ou mesmo destruição.

Quando os ramos criadores de emprego são aqueles em que os salários são inferiores à média nacional e um ramo destruidor de emprego se caracteriza por salários superiores à média, não é de estranhar que o salário nominal médio para o conjunto das empresas tenha variado pouco (1,5%), abaixo da inflação, e menos do que a média das variações salariais médias de todos as divisões CAE (3%).

Gráfico 3

Variação do emprego 2013-2016 e remuneração média por ramo em 2013/16



Fonte: INE, Empresas em Portugal 2016

### 3. Estagnação salarial causas e consequências

Em Portugal, entre 2010 e 2014, a desvalorização dos salários foi ativamente prosseguida no âmbito de um programa de “ajustamento” que procurava estimular as exportações através da oferta a menor preço de bens e serviços nos mercados internacionais.

Para desvalorizar os salários, concorreram neste período o desemprego, medidas de desproteção do emprego (afetando, por exemplo, a duração e o montante do subsídio de desemprego), alterações à legislação laboral orientadas para a redução do “custo” do trabalho para as empresas, a administração pública e outras organizações (eliminação de feriados, bancos de horas, trabalho extraordinário não remunerado como tal, alongamento do horário de trabalho, caducidade das contratações coletivas, congelamento da negociação).

Da conjugação de desemprego, com medidas de desproteção do emprego e alterações da legislação laboral resultou de facto uma desvalorização dos salários cuja participação no estímulo às exportações, pelo menos em ramos relacionados com o turismo, é visível na emergência como grandes criadores de emprego de atividades relacionadas com esta exportação - a restauração, o alojamento e mesmo o comércio a retalho – caracterizadas por formas de contratação precárias e pela prevalência de baixos salários. A desvalorização salarial surge ainda associada à emergência das empresas de trabalho temporário como grande ramo empregador.

Em suma, a desvalorização salarial induziu uma alteração de estrutura na economia portuguesa que favoreceu setores com salários inferiores à média nacional, e dessa forma contribuiu para uma ainda maior descida dos salários médios reais no conjunto da economia. Será a estagnação salarial um episódio transitório ou uma tendência de longo prazo difícil de inverter? Estará a estagnação salarial neste momento a dar lugar a uma recuperação dos salários transversal ao conjunto da economia? Os dados mais credíveis do ponto de vista estatístico estão disponíveis apenas até final de 2016, pelo que não é possível responder de forma assertiva a estas perguntas.



Sejam quais forem as causas e as explicações da estagnação salarial – e entre elas não pode deixar de participar uma legislação do trabalho que foi alterada com o objetivo de comprimir os “custos” do trabalho e que não foi ainda corrigida – o certo é que a compressão dos salários, que foi intencionalmente produzida ou ampliada em muitos países, com destaque para Portugal, se converteu entretanto num motivo de preocupação que é comum a atores tão díspares como a OCDE, o Banco Central Europeu ou os sindicatos.

Preocupam-se a OCDE e o Banco Central Europeu com o impedimento que a estagnação salarial representa sobre a procura na economia e o crescimento. Preocupa-se em particular a OCDE com as suas consequências em termos de alargamento das desigualdades. Preocupa-se o Banco Central Europeu com o seu **efeito deflacionário** e o conseqüente agravamento das condições de serviço das dívidas públicas e privadas. Preocupam-se os sindicatos com a degradação do poder de compra dos salários. Preocupamo-nos em Portugal por tudo isto, ou pelo menos deveríamos preocupar-nos, e mais ainda pelo efeito que a estagnação dos rendimentos do trabalho tem no alargamento dos hiatos salariais entre Portugal e outros países da União Europeia com o correspondente efeito propulsor da emigração.

#### **Efeito deflacionário**

A estagnação ou redução dos salários quer pela redução da procura, quer pela redução dos custos de produção, pode conduzir a uma redução dos preços de todos ou quase todos os bens e serviços. Diz-se por isso que tem um efeito deflacionário. A deflação traduz-se numa redução do rendimento nominal da maioria dos agentes económicos, inclusive dos devedores. Como a deflação significa desvalorização dos rendimentos, mas não desvalorização das dívidas, os credores que vêm os seus rendimentos desvalorizados ficam em piores condições de servir (pagar os juros e amortizar) dívidas cujo valor se mantém constante. Inversamente, a inflação tende a valorizar os rendimentos mantendo constante o valor das dívidas o que facilita, como o BCE pretende, o serviço das dívidas por parte dos credores.

## **Observatório sobre Crises e Alternativas**

CES Lisboa  
Picoas Plaza  
Rua do Viriato, 13, Lj 117 / 118  
1050-227 Lisboa

Tel. +351 216 012 848  
Fax. +351 239 855 589

[observatoriocrises@ces.uc.pt](mailto:observatoriocrises@ces.uc.pt)  
[www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt](http://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt)